



EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

July 2021 | PT

[Podcast – A perspetiva dos cidadãos – T02, E03: Uma nova narrativa para a Europa](#)

O seu *browser* não suporta o ficheiro de áudio.

A crise da COVID-19 demonstrou a importância da solidariedade entre os Estados-Membros, as instituições e os cidadãos da UE. À luz desta experiência, debatemos a razão pela qual a Conferência sobre o Futuro da Europa, que acabou de arrancar, é um passo novo e importante para refletir em conjunto sobre o nosso futuro europeu.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, apresenta a **nova narrativa para a Europa** que o CESE defenderá no seu papel de observador no Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa e promete mobilizar a vasta rede do Comité em toda a sociedade civil organizada, a fim de assegurar uma participação tão ampla quanto possível.

Guy Verhofstadt, deputado ao Parlamento Europeu, membro do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa e antigo primeiro-ministro belga, que, em 2001, propôs a Declaração de Laeken, que lançou a Convenção Europeia, salienta igualmente que a Europa se encontra numa encruzilhada – é tempo de a Europa traçar o seu caminho futuro *juntamente* com os cidadãos.

Lorenzo Consoli, correspondente da UE e perito de renome em assuntos europeus, afirma que, nos seus 30 anos em Bruxelas, nunca viu a UE empenhada num exercício democrático pan-europeu tão ambicioso. (dm)

This page is also available in:

- [ES](#)

- [BG](#)
- [CS](#)
- [DA](#)
- [EN](#)
- [DE](#)
- [ET](#)
- [FR](#)
- [EL](#)
- [GA](#)
- [HR](#)
- [IT](#)
- [LV](#)
- [LT](#)
- [HU](#)
- [MT](#)
- [NL](#)
- [PL](#)
- [FI](#)
- [RO](#)
- [SK](#)
- [SL](#)
- [SV](#)

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Uma pitada de otimismo para o verão

Caras leitoras, caros leitores,

As notícias neste início de verão são muito mais positivas do que no ano passado por esta altura. No final de julho, quase 70% dos adultos na UE deverão ter recebido pelo menos uma dose da vacina contra a COVID-19. As viagens começam a ser possíveis, embora ainda com restrições. Ademais, o lançamento do instrumento financeiro Próxima Geração UE está para breve.

Tradicionalmente, o mês de julho marca o início de uma nova Presidência do Conselho da UE, que cabe desta vez à Eslovénia. O CESE aguarda com expectativa a cooperação estreita com a Presidência durante os próximos seis meses. Trabalharemos nos pareceres exploratórios

solicitados pela Presidência, abordando temas como a educação de adultos, a digitalização inclusiva e cadeias alimentares justas. Esperamos também que a situação epidemiológica nos permita organizar uma série de eventos presenciais na Eslovénia, tirando o máximo partido das oportunidades para estabelecer contactos interpessoais.

Embora estejamos às portas do interregno de verão, ainda falta ultimar o planeamento das nossas atividades para o outono. Uma das nossas prioridades é a participação na Conferência sobre o Futuro da Europa. Em setembro, daremos início às nossas atividades «Going local» [Agir a nível local] em todos os Estados-Membros da UE. Os nossos membros organizarão vários debates, em cooperação com as organizações da sociedade civil nacionais, regionais e locais, a fim de ouvir a sociedade civil a nível local e aproveitar o seu contributo para construir uma nova narrativa sobre a Europa. Estamos ansiosos por realizar estes intercâmbios, que sem dúvida darão origem a inúmeras ideias originais.

Outra prioridade para setembro será o acompanhamento da aplicação do instrumento financeiro Próxima Geração UE, em especial do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A nossa vasta rede de pessoas ativas no terreno, que conhecem a realidade nos 27 Estados-Membros, desempenhará aqui um papel fundamental. Queremos contribuir para que o lançamento deste instrumento seja ainda mais eficiente, identificando os problemas e assinalando o que funciona bem e o que pode ser melhorado.

Antes dessas atividades, gostaria de desejar a todas as pessoas que nos leem excelentes férias de verão, repletas de tempo de qualidade com a família e os amigos. Faço votos de que, sem deixarem de cumprir as restrições em vigor, recarreguem as baterias e desfrutem de todos os pequenos prazeres que vão estando lentamente ao nosso alcance após meses de uma realidade austera no contexto da pandemia.

Christa Schweng

Presidente do CESE

AGENDA

13 de julho, Bruxelas

Mesa-redonda da juventude para o clima e a sustentabilidade

22 e 23 de setembro de 2021, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão de atualidade que nos pareça particularmente pertinente. Para a edição de julho, solicitámos a Cristian Pîrvulescu, presidente do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, que partilhasse connosco algumas reflexões sobre a liberdade de expressão.

A liberdade de expressão é um direito a valorizar e defender

A violência parece ser, cada vez mais, o combustível principal das redes sociais. Tal fenómeno pode conduzir a violência verbal ou física contra qualquer autoridade, seja ela política, policial, institucional ou privada. Existe a impressão de que, nas redes sociais, tudo pode ser dito e defendido, seja verdade ou mentira. Por exemplo, uma pessoa pode sentir que a sua insatisfação pessoal é legítima e chegar, assim, ao ponto de esbofetear o chefe de Estado de França.

Nesse contexto, e enquanto presidente do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, onde considera que se devem impor limites no que se refere aos direitos fundamentais e às liberdades individuais, nomeadamente a liberdade de expressão?

Cristian Pîrvulescu: A liberdade de expressão é essencial nas nossas sociedades democráticas. É um direito fundamental, sem o qual não se pode exercer a democracia. É também significativo constatar que todos ou quase todos a reclamam, incluindo aqueles cujas intenções nem sempre são a defesa da democracia e dos direitos humanos para todas as pessoas.

No entanto, a liberdade de expressão é um direito amiúde mal interpretado. Muitos creem que se trata de um direito absoluto e utilizam tal argumento para justificar todos os abusos possíveis. Ora, os abusos verbais preparam, por vezes, o terreno para atos de violência física inaceitáveis. Foi ao que assistimos recentemente quando de determinados acontecimentos trágicos, que colocam a regulação das redes sociais no centro do debate.

Em termos jurídicos, as autoridades estatais são responsáveis pela aplicação dos direitos, podendo restringir a liberdade de expressão, mas apenas de forma muito excecional e circunscrita; tais medidas podem ser necessárias numa sociedade democrática, por exemplo, por razões de segurança nacional, prevenção da criminalidade, proteção da saúde, etc. Num Estado de direito, cabe aos juízes resolverem os litígios e definirem os limites. Nem o poder executivo, nem nenhuma pessoa ou grupo podem fazer justiça pelas próprias mãos!

É uma situação clássica os dirigentes tentarem restringir a liberdade de expressão, a fim de limitar as exigências e a contestação populares. Mas, na era das redes sociais, a censura tradicional já não é possível.

O que é certo é que quem defende uma abordagem assente na verdade – por exemplo, os jornalistas de investigação, os defensores dos direitos humanos – está mais exposto. Se o seu trabalho incomoda determinados dirigentes ou grupos, em vez de os censurar, é mais fácil denegri-los em linha ou acusá-los nos meios de comunicação social e nas redes sociais de serem inimigos da nação ou agentes estrangeiros. Um exemplo que nos vem imediatamente à mente é o da jornalista Daphne Caruana Galizia, que, antes de ser assassinada, foi alvo de várias dezenas de processos judiciais abusivos (as famosas «ações judiciais estratégicas contra a participação pública»). Ao não conseguirem silenciá-la, decidiram matá-la! A eclosão, na Europa, da violência contra jornalistas deixa ainda mais claro que a liberdade de expressão é um direito que devemos valorizar e defender de forma resoluta nesta nova realidade.



por Cristian Pîrvulescu, membro do CESE

alguns governos para concentrarem o poder. O [Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito](#) do CESE dedica-se à promoção de uma cultura dos direitos fundamentais na Europa.

O CESE não podia ficar de braços cruzados sem fazer nada. Em 2018, criou um **Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito**, um órgão composto por 21 membros – ao qual tenho a honra de presidir, sucedendo ao meu colega José Antonio Moreno Díaz –, onde a sociedade civil pode partilhar os seus pontos de vista sobre a evolução no domínio dos direitos fundamentais, da democracia e do Estado de direito nos Estados-Membros.

O Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito organiza visitas a todos os Estados-Membros da UE, onde se reúne com os parceiros sociais, as organizações da sociedade civil, profissionais de direito e dos meios de comunicação social e os órgãos de poder nacional. Com base nos seus contributos, elabora em seguida relatórios que descrevem a situação em cada país.

A abordagem global não consiste em fornecer uma análise legalista, mas sim facilitar um diálogo construtivo sobre questões por vezes polarizadas. Recebemos reações muito positivas de representantes das organizações da sociedade civil, que consideraram que os relatórios estimularam efetivamente os intercâmbios nacionais.

O Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito visa igualmente aproveitar estas visitas para destacar as tendências que se desenvolvem na Europa. Foi por esta razão que organizámos a nossa [primeira conferência](#), em novembro de 2019, para apresentar o panorama geral resultante do [relatório de síntese](#) sobre as primeiras visitas aos Estados-Membros. Em novembro de 2021, realizaremos uma segunda conferência, desta vez reunindo as partes interessadas para debater os relatórios da Comissão Europeia sobre o Estado de direito.

O nosso objetivo a médio prazo é desenvolver um fórum da sociedade civil mais amplo, que permita a todas as partes interessadas participar em debates integradores e abertos sobre a defesa dos valores da UE. Como passo intermédio, lançaremos em breve uma nova secção Web onde as partes interessadas podem partilhar contributos escritos.

O Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito pretende desempenhar o seu papel no desenvolvimento de uma cultura europeia comum dos direitos fundamentais, do Estado de direito e da democracia. Para além das visitas aos Estados-Membros e das conferências, o Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito prestou especial atenção à crise atual da COVID-19, organizando audições sobre os [impactos](#) e a [recuperação](#), e está a elaborar dois pareceres de iniciativa sobre o [impacto da COVID-19](#) e [a questão do Estado de direito e dos fundos de recuperação](#).

De um modo geral, o valor acrescentado principal do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito é o facto de contribuir para a visão socioeconómica sobre os direitos fundamentais e o Estado de direito e coligar todos os tipos de organizações da sociedade civil, inclusivamente os parceiros sociais. O nosso Parecer – [O Estado de direito e o seu impacto no crescimento económico](#) simboliza esta abordagem e o interesse crescente dos empregadores, dos trabalhadores e das forças da sociedade civil, representadas no Grupo Diversidade Europa do CESE, nestas questões. A participação ativa de todos os grupos é essencial para o trabalho do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Todos os meses, apresentamos um convidado surpresa cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração. Para a edição de julho do *CESE Info*, convidámos Hans Henri Kluge, diretor regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Europa, e Johan Strid, diretor das cimeiras da The Ocean Race.

Hans Henri P. Kluge tomou posse como diretor regional da OMS para a Europa em 1 de fevereiro de 2020, após ter sido proposto para o cargo pelo Comité Regional da OMS para a Europa e nomeado pelo Conselho Executivo da OMS. Tem 25 anos de experiência de exercício da medicina e no setor da saúde pública em vários locais do mundo.

Johan Strid iniciou funções como diretor das cimeiras da The Ocean Race em agosto de 2020. Anteriormente, foi secretário-geral do Comité Paraolímpico sueco e, antes disso, secretário-geral dos Escuteiros e Guias da Suécia. Tem vasta experiência no âmbito da sociedade civil, tendo trabalhado no conselho de administração do Conselho de Juventude sueco, da Cruz Vermelha sueca e da ECPAT. É empresário e já criou várias empresas. A nível europeu, exerceu as funções de presidente do conselho consultivo da Direção da Juventude do Conselho da Europa e foi membro do Comité de Escuteiros Europeu.



«Futuro não está escrito, o curso da pandemia de COVID-19 está nas nossas mãos»

Entrevista com Hans Henri Kluge, diretor regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde

Na sua opinião, qual é o impacto da campanha de vacinação na Europa?

Desde 4 de fevereiro de 2021, há mais pessoas vacinadas contra a COVID-19 a nível global do que pessoas infetadas desde o início da epidemia. Até à data (17 de junho), foram administradas na região europeia mais de 477 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19.

Este número é indicador de que estão a ser realizados progressos significativos: as hospitalizações e a mortalidade têm vindo a diminuir, especialmente nos países com taxas de vacinação elevadas entre a população mais idosa. Isto demonstra não só que a vacinação funciona, mas também que a estratégia de vacinar primeiro as pessoas de maior risco, definida pelos comités consultivos mundiais e regionais e aplicada em toda a região europeia da OMS, resulta: salva vidas, alivia a pressão sobre os sistemas de saúde e tira-nos da fase aguda da pandemia o mais rapidamente possível.

Embora a vacinação desempenhe um papel importante na diminuição das taxas de hospitalização e de mortalidade, há que manter a cautela, uma vez que mesmo uma pessoa vacinada pode ser infetada e transmitir o vírus. Temos de prosseguir com as medidas de saúde pública e sociais comprovadas, acelerando simultaneamente a vacinação.

Uma mensagem muito importante que gostaria de transmitir é que o futuro não está escrito e que o curso da pandemia de COVID-19 está nas nossas mãos, sendo determinado pelas ações dos indivíduos e da sociedade no seu conjunto.

Qual é a situação a nível mundial?

Uma das principais mensagens é a necessidade de maior equidade. As vacinas estão a reduzir a gravidade da doença e o número de mortes nos países suficientemente afortunados para possuir doses em número suficiente para as pessoas mais vulneráveis, e os primeiros resultados sugerem que as vacinas podem também levar à diminuição da transmissão do vírus. A disparidade chocante no acesso às vacinas no mundo continua a ser um dos maiores riscos para o fim da pandemia.

Atualmente, 77% de todas as doses da vacina a nível mundial foram administradas em apenas 10 países. Temos de envidar mais esforços para garantir equidade na distribuição das vacinas entre países e populações.

A solidariedade também é outra mensagem fundamental. É chegado o momento de dar provas de total solidariedade e apoio para garantir que ninguém fica para trás. Devemos obter uma elevada cobertura de vacinação em todos os países, começando pelos mais expostos ao risco, para que possamos dar um grande passo no sentido de retomar as nossas vidas normais.

Na 74.^a Assembleia Mundial da Saúde (AMS), o diretor-geral da OMS exortou os países a envidarem esforços maciços para vacinar, pelo menos, 10% da população de cada país até setembro e a prosseguirem o seu empenho até dezembro no sentido de alcançar o nosso objetivo de vacinação de, pelo menos, 30% até ao final do ano. Enquanto comunidade mundial de saúde pública, todos temos de intensificar os nossos esforços.

Quais são os ensinamentos retirados e de que forma nos podemos preparar melhor no futuro?

A 74.^a AMS, que se reuniu de 24 de maio a 1 de junho, centrou-se na erradicação da COVID-19 e na preparação para a próxima pandemia. Mais importante ainda, representou um enorme esforço coletivo para retirar ensinamentos da pandemia atual.

A OMS encomendou vários estudos independentes e consultou vários painéis de peritos para orientar a comunidade mundial da saúde na elaboração de uma resposta coletiva mais eficaz às pandemias ou a outras crises sanitárias de relevância internacional.

Todos os estudos apresentaram recomendações claras e firmes sobre um papel mais forte da OMS no futuro para responder a emergências sanitárias. Temos agora de passar das recomendações à ação. Será uma tarefa importante, que exigirá um empenhamento político e financeiro alargado e que terá o objetivo comum claro de salvar mais vidas, evitar a perda de meios de subsistência e gerar equidade na nossa resposta à pandemia.

Foram apresentadas propostas para um novo tratado pandémico, a fim de reforçar a arquitetura de preparação e resposta a pandemias, que serão debatidas numa sessão extraordinária da AMS, em novembro.

Na região europeia, criei a «Comissão Monti» – Comissão Pan-Europeia para a Saúde e o Desenvolvimento Sustentável –, cuja função será repensar as prioridades políticas à luz das pandemias. Constituída por antigos chefes de Estado, cientistas, economistas, chefes das instituições de saúde e de assistência social e dirigentes da comunidade empresarial e das instituições financeiras de toda a região, a comissão retirará ensinamentos das formas como os sistemas de saúde dos diferentes países responderam à pandemia de COVID-19 e formulará recomendações sobre investimentos e reformas para melhorar a resiliência dos sistemas de saúde e de assistência social.

De que forma apoia a UE os esforços mundiais e regionais na luta contra a COVID-19?

A UE é um dos parceiros mais importantes das Nações Unidas (ONU) a nível mundial.

O processo de adesão à UE é um motor essencial de reformas e uma fonte de motivação para os governos realizarem progressos numa série de domínios legislativos e políticos. Os pacotes de investimento da UE serão essenciais para facilitar o aumento dos investimentos públicos e privados de instituições financeiras europeias e internacionais nos países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, nomeadamente no setor da saúde. Valorizamos igualmente os investimentos da UE na saúde através do financiamento e de ações conjuntas com a OMS/Europa em países terceiros.

No atual período pandémico (e pós-pandemia), a OMS/Europa está empenhada em criar alianças e definir estratégias conjuntas da ONU/UE com o objetivo de promover o processo de adesão à UE na sub-região dos Balcãs Ocidentais e reforçar o espaço democrático e económico nos países da Vizinhança Europeia.

A OMS/Europa procura aproveitar o seu papel de liderança na saúde para alinhar, apoiar e acelerar ativamente parcerias e colaborações estratégicas nas sub-regiões da Europa, uma vez que sustentam o nosso progresso na saúde no sentido da implementação do Programa de Trabalho Europeu para 2020-2025 e da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



«Cada um de nós tem de fazer o que está ao seu alcance para melhorar a saúde do planeta»

por Johan Strid, diretor da The Ocean Race

Perguntam-me frequentemente o que leva a The Ocean Race, uma regata à vela, a querer contribuir para a elaboração e a melhoria de políticas que visem resolver alguns dos problemas mais urgentes com que o nosso planeta azul se depara. A resposta é simples: cada um de nós tem de fazer o que está ao seu alcance para melhorar a saúde do planeta. No nosso caso em concreto, o foco de intervenção é o meio em que competimos: o oceano.

Embora haja um só oceano, a forma como o protegemos e governamos é fragmentada. Se a isto acrescentarmos o impacto das alterações climáticas, temos a receita para a catástrofe no nosso mundo marinho. Os velejadores da The Ocean Race já sulcaram mais mares e oceanos do que a grande maioria das pessoas do planeta, constatando em primeira mão o seu declínio. Temos de criar com urgência um sistema mais eficaz, alicerçado na colaboração.

O estudo pioneiro do CESE «**Rumo a uma Carta Europeia dos Direitos Fundamentais da Natureza**», inspira-nos a avaliar se a concessão de direitos legais aos oceanos pode, por si só, contribuir para melhorar a respetiva proteção e gestão.

A The Ocean Race é a competição desportiva por equipas mais dura do planeta. Podemos inspirar-nos na determinação que esta prova à volta do mundo exige para melhorar as políticas dedicadas aos oceanos a nível mundial. Não somos um governo, nem uma ONG, nem uma instituição académica, nem uma empresa. Somos uma competição desportiva. Isto confere-nos uma plataforma independente e de grande alcance, que nos permite reunir pessoas de todos os quadrantes da sociedade em torno de um diálogo sobre

soluções para os oceanos. É precisamente com este propósito que organizamos as cimeiras The Ocean Race.

Até à data, já se realizaram 11 cimeiras. A mais recente, centrada na Europa, teve lugar em 16 de junho e contou com a participação da presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**, do vice-presidente do CESE, **Cillian Lohan**, e do comissário europeu do Ambiente, Oceanos e Pescas, **Virginijus Sinkevičius**.

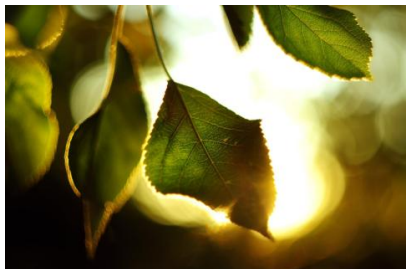
Até setembro de 2023, contamos realizar mais oito cimeiras em localizações-chave de todos os continentes, reunindo representantes de craveira mundial do setor governamental, da ciência, da indústria, das ONG, dos meios de comunicação social e do desporto, juntamente com acérrimos defensores dos oceanos, a fim de procurar soluções e promover compromissos para resolver os problemas que afetam os nossos oceanos. Utilizamos métodos de trabalho inovadores, tirando partido da dinâmica, das competências e da criatividade de todos os participantes nos nossos laboratórios de ação («Action Labs»). Esta série de eventos de alto nível resultará na elaboração de um conjunto de propostas para melhorar as políticas oceânicas mundiais, tendo por base os direitos dos oceanos.

Para além das cimeiras, e tendo em conta que a sustentabilidade deve ser a trave-mestra das nossas operações e que temos a responsabilidade de deixar um legado positivo às gerações futuras, a The Ocean Race lançou um programa de sustentabilidade, que granjeou já vários prémios. O nosso programa de aprendizagem ensina as crianças e os jovens como ajudar os oceanos. O equipamento científico nas embarcações participantes contribui com dados valiosos. Nas paragens entre etapas, rejeitamos os plásticos de utilização única, abastecemos-nos com alimentos sustentáveis e aplicamos uma estratégia responsável em matéria de emissões de gases com efeito de estufa que visa utilizar energias provenientes exclusivamente de fontes renováveis.

Queremos mostrar ao mundo que não só é possível organizar um evento desportivo de calibre mundial sustentável, mas sobretudo que é impossível não optar pela sustentabilidade.

O CESE é um parceiro muito valioso para nós. Representa a sociedade civil organizada na Europa e tem uma palavra a dizer quando a UE toma decisões. Esta plataforma representa, em grande medida, aquilo que almejamos para as nossas cimeiras The Ocean Race: um ponto de encontro entre todas as forças provenientes de todos os quadrantes da sociedade mundial que querem contribuir para um oceano mais saudável. Espero que, juntos, possamos tirar partido do caminho já trilhado na organização da cimeira The Ocean Race Europa e cooperar para garantir que os governos, as empresas, as ONG e as instituições assumem compromissos em relação aos oceanos. A rede mundial de empresas, sindicatos e organizações do CESE e respetivos membros constitui uma mais-valia preciosa na defesa de um oceano mais saudável. O trabalho do Comité Económico e Social Europeu sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da Natureza constitui uma excelente base de trabalho para os nossos esforços conjuntos futuros.

Estamos gratos pela cooperação com o CESE e esperamos continuar a trabalhar lado a lado para garantir o reconhecimento jurídico dos direitos da natureza e dos oceanos a nível mundial.



[Herman van Rompuy: The old poet speaks gently](#)

We are delighted to host a new selection of haikus by Herman Van Rompuy, former President of the European Council, as part of our series "The old poet speaks gently."

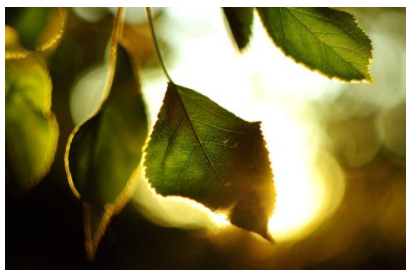
These haikus were originally written in French

Herman van Rompuy: The old poet speaks gently

Like every year the flowers
Are on their way to their appointment
More faithful than people

A vast forest
With spaces of shadow and light
Like life

Everywhere in the world
Poets sing of life and nature
This sharing makes peace



[Herman van Rompuy: Le vieux poète parle doucement](#)

Nous avons le plaisir de poursuivre la publication de la série de haïkus, sous le titre commun "Le vieux poète parle doucement", qui nous a été offerte par leur auteur Herman van Rompuy, ancien président du Conseil européen.

Comme chaque année les fleurs
Sont sur leur rendez-vous
Plus fidèles que les hommes

Une vaste forêt
Aux espace d'ombre de lumière
Comme la vie

Partout dans le monde

NOTÍCIAS DO CESE



Eslovénia assume Presidência da UE em momento crítico para a Europa

Em 1 de julho de 2021, a Eslovénia assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia, numa altura em que a Europa procura recuperar e sair fortalecida da pandemia de COVID-19,

reconstruindo melhor.

A segunda Presidência da Eslovénia desde que este país aderiu à UE em 2004 terá como lema «Juntos. Europa. Resiliente.», três palavras que simbolizam as suas principais prioridades. Como explica a Presidência eslovena, «trabalhar em conjunto, ajudar-se mutuamente e agir com sentido de solidariedade para o bem de cada cidadão europeu será fundamental para reforçar a resiliência da UE».

O programa da Presidência eslovena centra-se em quatro prioridades:

- reforçar a **resiliência** da UE em diferentes situações de crise, como a pandemia de COVID-19, e prosseguir o trabalho das anteriores Presidências alemã e portuguesa no domínio do reforço da ciber-resiliência da UE;
- gerir a **recuperação** económica e social após a pandemia, facilitando simultaneamente a transição para uma economia mais avançada do ponto de vista tecnológico e mais respeitadora do ambiente;
- promover a **Conferência sobre o Futuro da Europa**, tema central do **Fórum Estratégico de Bled** que se realizará no início de setembro e contará com a participação de um vasto leque de participantes de várias instituições europeias;
- garantir e reforçar o modo de vida europeu, nomeadamente o **respeito pelo Estado de direito**.

Ao prosseguir estas prioridades, a Eslovénia pugnará por uma União Europeia credível, segura, capaz de garantir a segurança e assegurar a estabilidade na sua vizinhança. Prestar-se-á especial atenção aos **Balcãs Ocidentais**, dando continuidade e credibilidade ao seu processo de adesão à UE. Em outubro de 2021, a Eslovénia prevê acolher a **cimeira informal UE-Balcãs Ocidentais**. O **Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais do CESE**, a organizar no final de setembro, contribuirá para a cimeira com recomendações específicas da sociedade civil organizada.

O CESE assegurará que a voz da sociedade civil organizada é ouvida, elaborando para tal **cinco pareceres exploratórios**, solicitados pela Presidência eslovena, sobre temas que vão da educação de adultos às cadeias de abastecimento alimentar justas. Os títulos destes pareceres exploratórios são os seguintes:

1. Educação de adultos;
2. Elementos essenciais para um trabalho sustentável e de qualidade durante e após a recuperação;
3. Explorar as oportunidades económicas e sociais da digitalização e melhorar a transformação digital da economia, especialmente das PME, focando-se nos dados e na inteligência artificial centrados no ser humano;
4. Reforço da digitalização inclusiva, segura e de confiança para todos;
5. Rumo a uma cadeia de abastecimento alimentar justa.

O CESE aguarda com expectativa a oportunidade de trabalhar com o Governo esloveno em iniciativas e eventos conjuntos e de apoiar a Presidência eslovena através da sua rede alargada de organizações da sociedade civil europeia. Congratula-se com o facto de já ter sido convidado para as **mesas-redondas da Conferência sobre o Futuro da Europa**, que terão lugar na Eslovénia, e para o Fórum Estratégico de Bled.

Para mais informações sobre a Presidência eslovena, consultar:

<https://slovenian-presidency.consilium.europa.eu/en/> (st)



Conferência sobre o Futuro da Europa: consultas do CESE chegarão a todos os cantos da Europa

A presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), Christa Schweng, marcou o início das atividades oficiais do CESE no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa com uma sessão de perguntas e respostas em direto. O evento intitulado

Conferência sobre o Futuro da Europa - Aproximar novamente o projeto europeu dos cidadãos (#CoFoE) apresentou a visão da sociedade civil organizada e as suas expectativas para a conferência. Salientou também a importância de dialogar com as pessoas fora dos círculos de Bruxelas e recolheu ideias com vista à preparação das próximas consultas dos cidadãos.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou que o Comité levará a cabo iniciativas de comunicação em todos os Estados-Membros, de modo a assegurar uma representatividade equilibrada: «Queremos integrar os empregadores, os trabalhadores e toda a sociedade civil organizada e trazer os seus pontos de vista para a Conferência sobre o Futuro da Europa». Mencionou ainda a recém-adotada [resolução do CESE](#) que propõe uma nova narrativa para a Europa.

A vice-presidente da Comissão **Dubravka Šuica** declarou que «o ambiente político mudou na União Europeia. Pela primeira vez, a conferência coloca os cidadãos no centro da elaboração de políticas da União Europeia. Através da conferência, os cidadãos e a sociedade civil poderão apropriar-se, em conjunto, da União Europeia do futuro».

A eurodeputada **Eva Maydell** salientou que «o nosso papel é assegurar que a Conferência sobre o Futuro da Europa tem significado para os cidadãos».

O trabalho do CESE sobre uma nova narrativa para a Europa foi dirigido pelos presidentes dos três grupos do Comité: **Stefano Mallia** (Empregadores), **Oliver Röpkke** (Trabalhadores) e **Séamus Boland** (Diversidade Europa).

Cillian Lohan, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, encerrou o debate afirmando que as consultas do CESE no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa chegarão a todos os cantos da Europa e serão tão abrangentes quanto possível.

A conferência deverá apresentar as suas conclusões na primavera de 2022 e as instituições da UE procederão, em seguida, a uma reflexão sobre os pontos de vista dos europeus.

Assista ao evento «Conferência sobre o Futuro da Europa – Aproximar novamente o projeto europeu dos cidadãos» (#CoFoE) através da [conta do CESE no Twitter \(@EU EESC\)](#) ou no [Facebook](#). (ks)



«Pacto Ecológico Europeu só será viável se for justo»

Na reunião plenária de junho do CESE, Frans Timmermans anunciou as medidas destinadas a proteger os mais vulneráveis do eventual alargamento da tarifação do carbono aos combustíveis para aquecimento e transportes, e ouviu as propostas do CESE para melhorar, através do diálogo social, os processos de decisão das empresas sobre a transição ecológica.

Na sua alocução de boas-vindas ao vice-presidente executivo da Comissão Europeia **Frans Timmermans**, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou: «O Pacto Ecológico é uma estratégia de crescimento ambiciosa para alcançar a neutralidade climática na UE até 2050 e impulsionar a economia, mas há que reforçar as dimensões relacionadas com os aspetos sociais, o trabalho, a saúde e a equidade, a fim de assegurar que nenhuma pessoa, comunidade, trabalhador/a, setor ou região fica para trás.

Frans Timmermans declarou que a dimensão social da transição ecológica é a principal preocupação da Comissão, visto que a pandemia veio inflacionar desproporcionalmente as disparidades sociais. Descreveu os elementos principais do pacote Preparados para os 55, que será lançado em 14 de julho.

Afirmou que este pacote «associará a justiça social às novas propostas» do seguinte modo:

- proporcionando a partilha equitativa dos encargos da ação climática entre as empresas, os governos e os cidadãos e
- criando um mecanismo social que contribua para atenuar o impacto nas pessoas mais vulneráveis de medidas como o eventual alargamento do comércio de licenças de emissão aos combustíveis para aquecimento e transportes.

«Temos de proteger as famílias vulneráveis contra potenciais aumentos dos preços dos combustíveis para aquecimento e transportes, especialmente nas regiões que ainda não dispõem de opções não poluentes», afirmou **Frans Timmermans**. «Assim, se alargarmos o comércio de licenças de emissão a estes combustíveis, também teremos de reforçar o nosso compromisso com a justiça social. Qualquer proposta relativa ao comércio de licenças de emissão nestes novos setores terá de ser acompanhada simultaneamente de uma proposta de atenuação do impacto social».

No âmbito do debate, **Frans Timmermans** ouviu o contributo do CESE para a definição de um pacto social como parte integrante do Pacto Ecológico. As propostas, apresentadas pelo relator **Norbert Kluge** no Parecer – [**Não haverá Pacto Ecológico sem um pacto social**](#), centram-se no reforço da participação dos trabalhadores nos processos de decisão das empresas e na responsabilidade social das empresas.

«Acreditamos que, ao fazer ouvir a voz dos trabalhadores, podemos melhorar a qualidade das decisões económicas tomadas pelas empresas na transição para um modelo ecológico», declarou **Norbert Kluge**.

E acrescentou: «A informação, a consulta e a participação dos trabalhadores a nível dos conselhos de administração tendem a favorecer uma abordagem a longo prazo e a melhorar a qualidade do processo de decisão no âmbito de uma agenda de reforma económica».

No entanto, o CESE salienta que um pacto social como parte essencial de um Pacto Ecológico não diz respeito apenas ao «trabalho», mas também aos rendimentos, à segurança social e ao apoio financeiro para todos aqueles que dele necessitam, inclusive para quem não tem qualquer acesso ao trabalho. (dm)



Recuperação e reconstrução após a pandemia devem ser prioridade para o futuro da Europa

As prioridades principais da UE no futuro próximo passam por colocar novamente a economia europeia numa trajetória que permita uma transição sustentável e assegure a prosperidade dos cidadãos e das empresas da Europa. Esta é a mensagem principal da Resolução – Contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022, adotada na reunião plenária de junho do CESE.

Como afirma o CESE na sua resolução, as duas palavras de ordem após a pandemia devem ser recuperação e reconstrução. Importa recorrer ao investimento e a reformas para superar a crise económica e social e reforçar a resiliência da Europa a choques futuros, que deverá assentar num crescimento inclusivo e sustentável, no trabalho digno e na justiça social.

Os objetivos principais devem ser:

- tirar pleno partido do mercado único;
- concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- criar uma economia circular e alcançar a neutralidade climática em 2050;
- assegurar a boa governação e a responsabilização democrática.

Por ocasião da adoção da resolução, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, declarou o seguinte: «*Estou convicta de que as recomendações do CESE, apresentadas com bastante antecedência, constituirão um contributo valioso para o próximo programa de trabalho da Comissão. O Comité continua plenamente empenhado em apoiar as seis grandes prioridades estabelecidas pela Comissão e em cumprir o seu papel de facilitar o diálogo na sociedade civil e com as instituições europeias, a fim de converter essas ambições em realidade*».

Christa Schweng referiu ainda que a participação de todos os cidadãos, através das organizações da sociedade civil, permitirá a recuperação e a reconstrução do futuro da Europa sobre alicerces verdadeiramente democráticos: «*Espero que a Comissão integre as propostas da sociedade civil organizada europeia quando do estabelecimento das prioridades para o próximo ano*».



Nova estratégia da UE de luta contra o cancro é excelente oportunidade para proteger a saúde dos europeus

Face às previsões de que o cancro passará a ser a principal causa de morte na UE, o Plano Europeu de Luta contra o Cancro é, sem dúvida, oportuno. O CESE congratula-se com este plano, que constitui um marco na luta contra o cancro. No entanto, tendo em conta as diversas desigualdades regionais e sociais que continuam por resolver, ainda há margem para melhorias.

O CESE apoia firmemente o novo plano da Comissão dotado de 4 mil milhões de euros para financiar ações de luta contra o cancro, o primeiro documento estratégico desde 1990 dedicado à luta contra este flagelo.

«A UE necessita de um novo Plano Marshall para a oncologia, e este é um passo na direção certa. Não podemos desperdiçar esta oportunidade», salientou **Małgorzata Anna Bogusz**, relatora do Parecer do CESE – [**Plano Europeu de Luta contra o Cancro**](#).

«Este plano é adequado à sua finalidade, na medida em que abrange muitos aspetos essenciais da luta contra o cancro», afirmou **Milena Angelova**, correlatora do parecer.

A mortalidade e a morbilidade desta doença estão correlacionadas com o tipo de cancro e com a localização e os gradientes sociais dos doentes. Há que prestar atenção às disparidades regionais no que diz respeito às infraestruturas e aos desequilíbrios sociais relacionados com o emprego e o género.

O CESE incentiva os Estados-Membros a serem proativos e realça a necessidade de uma prevenção eficaz das formas de cancro de origem profissional, solicitando que se aprofunde a investigação sobre a exposição a agentes cancerígenos, a agentes mutagénicos e a desreguladores endócrinos e sobre as causas do cancro de origem profissional, particularmente nas mulheres.

Por último, mas não menos importante, o parecer destaca o papel fundamental desempenhado pelos parceiros sociais e pelas organizações da sociedade civil nas campanhas de sensibilização e na promoção de estilos de vida saudáveis. (at)



Por um papel ativo da sociedade civil na defesa dos valores da UE

O Comité Económico e Social Europeu reafirmou o seu compromisso de colaborar com a Comissão Europeia e outras instituições da UE para defender e aplicar os valores fundamentais da UE, nomeadamente o Estado de direito, os direitos fundamentais e a democracia.

Num debate sobre os valores europeus com o comissário europeu da Justiça **Didier Reynders**, por ocasião da reunião plenária de 10 de junho, o CESE defendeu a necessidade de associar mais estreitamente as organizações da sociedade civil e os cidadãos da UE, de modo a assegurar a sua participação além das eleições europeias e a permitir um diálogo civil construtivo. Os membros do CESE também colocaram a tónica na necessidade de reconhecer os direitos sociais e económicos como direitos fundamentais na UE.

Na reunião plenária, o CESE apresentou e adotou os seus pareceres sobre o [Plano de Ação para a Democracia Europeia](#) e a [nova estratégia para reforçar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais](#), nos quais manifestou o seu apoio às iniciativas recentemente lançadas pela Comissão com vista a proteger os valores democráticos e os direitos dos cidadãos na UE.

A **presidente do CESE, Christa Schweng**, afirmou: «Os valores da UE são postos à prova um pouco por todo o lado; não podemos dá-los por adquiridos, mesmo em países com tradições democráticas de longa data. A sociedade civil espera que a resposta da UE esteja à altura e deseja participar ativamente nos debates nacionais e europeu sobre a defesa destes valores.»

Didier Reynders declarou: «Muitos dos problemas exigirão uma resposta de toda a sociedade, assente na cooperação internacional e no esforço coordenado dos governos, da sociedade civil, dos investigadores e dos verificadores de factos, do setor privado, dos meios de comunicação social e dos cidadãos. Congratulo-me com a cooperação frutuosa com o CESE a este respeito.»

No seu parecer sobre a estratégia para a Carta, o CESE preconizou a adoção de medidas de proteção e apoio às organizações da sociedade civil, que deverão incluir um mecanismo de alerta para identificar e denunciar casos de assédio, e defendeu um papel mais proeminente dos parceiros sociais na promoção e

aplicação dos direitos consagrados na Carta.

No seu parecer sobre o Plano de Ação para a Democracia Europeia, o CESE recomendou que a Comissão acrescentasse um pilar específico sobre a participação da sociedade civil e dos parceiros sociais e a promoção da democracia laboral e lamentou o facto de o importante papel do diálogo social e da negociação coletiva para a redução das desigualdades e para encorajar os europeus a aderir aos ideais democráticos não constar do Plano de Ação para a Democracia Europeia. (II)



«Iniciativa de Cidadania Europeia só poderá reaproximar UE dos cidadãos se tiver mais impacto»

A 10.ª edição do Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) decorreu durante dois dias e excecionalmente num formato em linha. A presidente do CESE, Christa Schweng, a vice-presidente da Comissão Europeia, Věra Jourová, e o vice-presidente do Parlamento Europeu, Pedro Silva Pereira, fizeram o ponto da situação deste instrumento único de democracia participativa.

Nas suas observações preliminares, **Christa Schweng** frisou que uma característica fundamental de qualquer processo participativo é o seu impacto: «Um impacto insuficiente pode gerar desencanto, desinteresse e frustração entre os cidadãos», acrescentando que «a ICE só terá força como um instrumento capaz de reaproximar a UE dos cidadãos se tiver mais impacto».

Desde 2012, apenas seis iniciativas conseguiram obter o número mínimo de assinaturas necessário e o seu impacto tem sido bastante limitado e tardio. No entanto, há motivos para estar otimista, uma vez que os dois primeiros atos legislativos inspirados por uma ICE entraram em vigor em 2021: a **Diretiva Água Potável** revista, influenciada pela **iniciativa «Right2Water»** [Direito à água], e o chamado **Regulamento Transparência**, no seguimento da **iniciativa «Ban glyphosate and protect people and the environment from toxic pesticides»** [Proibição do glifosato e proteção das pessoas e do ambiente contra pesticidas tóxicos].

Na sua mensagem vídeo, **Věra Jourová** chamou a atenção para as alterações e melhorias introduzidas pelo novo Regulamento ICE, que entrou em vigor em janeiro de 2020. Explicou, em seguida, que o impacto real das ICE não está condicionado ao seguimento legislativo: «Mesmo as iniciativas que não chegam às etapas formais finais do processo podem ter múltiplos impactos», afirmou. «A partir do momento em que os cidadãos lançam uma ICE, trazem a questão que os preocupa para o espaço público, sensibilizando a sociedade para a mesma e gerando impacto.»

Pedro Silva Pereira afirmou que o Parlamento Europeu continuava a liderar o debate sobre a forma de sensibilizar para a ICE e melhorar o seu funcionamento: «Importa assegurar que as iniciativas que chegam à fase final são levadas a sério e devidamente tratadas.» (na)



Contratação pública circular deve ser obrigatória para os governos dos países da UE

Com uma despesa anual que representa cerca de 14% (2 biliões de euros) do PIB total da UE, os governos são os maiores consumidores da Europa. A despesa decorre principalmente de concursos públicos para adjudicar a empresas obras, serviços e fornecimentos.

Ao longo dos últimos anos, tem-se desenvolvido um trabalho considerável na UE para incentivar os órgãos de poder a adotarem padrões de consumo mais sustentáveis, olhando para lá das necessidades a curto prazo e tendo em conta o impacto a longo prazo de cada adjudicação.

Desde 2017, a Comissão Europeia emite orientações sob a forma de critérios de contratação pública ecológica, integrando elementos da economia circular para colmatar lacunas energéticas e materiais nas cadeias de abastecimento e minimizando simultaneamente os impactos ambientais negativos e a produção de resíduos.

No entanto, o impacto de tais medidas tem sido limitado, uma vez que não são vinculativas. O CESE considera que chegou o momento de introduzir **critérios mínimos obrigatórios de contratação pública ecológica** e de dar um impulso forte à economia circular através de diretivas sobre contratos públicos e de legislação setorial.

A contratação pública circular permitirá às administrações ir além do critério do preço mais baixo no momento da adjudicação.

«A contratação pública é amiúde controversa, porque os critérios de seleção dos projetos são, muito frequentemente, parciais e não têm em conta o impacto ao longo do ciclo de vida do projeto nem os seus resultados», afirmou **Ferdinand Wyckmans**, relator do parecer sobre este assunto. «É necessário abandonar a ideia de que o preço mais baixo deve ser o único critério de adjudicação, favorecendo antes a relação custo-eficácia, que engloba a inovação, a qualidade dos produtos e serviços, a sustentabilidade, a ecologização e o impacto social.»

A Comissão Europeia já desenvolveu diversos modelos de [integração dos custos ao longo do ciclo de vida](#), que as entidades adjudicantes podem aplicar, gratuitamente, aos produtos e serviços visados. Esses instrumentos permitem aos órgãos de poder ter em conta os custos ao longo do ciclo de vida do produto ou do serviço, desde a aquisição até ao fim de vida, incluindo a utilização e a manutenção. Cabe agora reforçá-los, afirma o CESE, a fim de integrar o custo do carbono.

O CESE considera também fundamental assegurar que as **PME** têm acesso à contratação pública circular e recebem o apoio necessário. Apesar do seu enorme potencial, correm o risco de ser excluídas devido à complexidade do processo. É essencial prestar-lhes o apoio necessário para que participem em concursos



Transparência salarial: medidas vinculativas necessárias, mas insuficientes para reduzir as disparidades salariais entre os géneros

O CESE congratula-se com a iniciativa da Comissão sobre medidas vinculativas em matéria de transparência salarial, mas considera que a proposta de diretiva deve ser reforçada em vários aspetos e novas ações adotadas para resolver os problemas estruturais subjacentes às disparidades salariais entre os géneros.

No seu [parecer adotado em 9 de junho](#), o CESE acolhe favoravelmente a proposta de diretiva da Comissão relativa a medidas vinculativas em matéria de transparência salarial, que visa tornar mais fácil para os trabalhadores o exercício do seu direito à igualdade de remuneração nos casos em que considerem ter sido vítimas de discriminação salarial.

Contudo, o CESE considera que a proposta de diretiva deve ser reforçada em vários aspetos, nomeadamente quanto aos critérios utilizados para determinar o valor do trabalho, ao âmbito de algumas das obrigações em matéria de transparência e ao papel dos parceiros sociais e da negociação coletiva.

Igualdade de remuneração e trabalho de valor igual

O princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho igual ou de valor igual aplica-se a «categorias de trabalhadores» que, segundo a proposta da Comissão, são especificadas pelo empregador. O CESE estima que é fundamental que haja mecanismos para assegurar que as categorias de trabalhadores sejam determinadas de forma neutra do ponto de vista do género, nomeadamente assegurando a participação dos sindicatos/representantes dos trabalhadores, em conformidade com o direito e a prática nacionais.

As novas ações necessárias para resolver os problemas estruturais subjacentes às disparidades salariais entre os géneros devem também incluir a disponibilização de serviços de acolhimento de crianças adequados e acessíveis, iniciativas para aumentar a sensibilização para as disparidades salariais, assegurar uma melhor representação das mulheres em cargos com poder de decisão e eliminar as medidas fiscais que desincentivam o emprego das mulheres. A história Web completa encontra-se disponível [aqui](#). (na)



Reforço do papel internacional do euro essencial para fortalecer posição da Europa no mundo

A UE precisa de definir objetivos económicos ambiciosos para reforçar o euro, o que se tornou ainda mais premente face ao ritmo da evolução da economia mundial e à atual posição da UE em matéria de inovação, de competitividade e de promoção de um ambiente regulamentar propício ao investimento.

Num [parecer adotado na reunião plenária de junho de 2021](#), o CESE congratulou-se com a Comunicação da Comissão – [O sistema económico e financeiro europeu: promover a abertura, a solidez e a resiliência](#). Uma vez que a transformação no contexto pós-pandemia está a provocar uma mudança significativa no equilíbrio global dos poderes económicos, a UE deve agir com celeridade para reforçar a resiliência económica da Europa. Em especial, o CESE concorda com a necessidade de fortalecer o papel internacional do euro como um instrumento essencial para o reforço da posição mundial da Europa.

Tomasz Wróblewski (Grupo I, Empregadores), relator do parecer, considera que a Comissão deve dar maior ênfase aos motivos para o enfraquecimento do papel internacional do euro. «A posição mundial do euro está a enfraquecer, embora não tão rapidamente como a do dólar», afirmou. «Tal não altera o facto de a posição do euro ser afetada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a ausência de um mercado comum integrado dos serviços financeiros. Sem a conclusão da **União Bancária** e da **União dos Mercados de Capitais** será difícil competirmos com o dólar.»

O CESE recomenda igualmente que se preste mais atenção à economia **chinesa**, que está em rápido crescimento, e apela à elaboração de um plano de ação que tenha em conta este aspeto. O renminbi chinês está a ganhar preponderância no comércio e nas operações de compensação internacionais. Além disso, a China está a trabalhar intensivamente na sua moeda digital, deixando a maioria do mundo para trás. A UE deve responder com celeridade e o CESE apoia a proposta de se criar um euro digital. «A Europa poderia oferecer soluções mais atrativas neste domínio, tendo em conta o nosso empenho na proteção dos dados pessoais e da privacidade dos utilizadores», conclui Tomasz Wróblewski. (na)



Planos nacionais de recuperação e resiliência: CESE solicita participação real da sociedade civil organizada na sua execução

A participação da sociedade civil organizada está longe de ser satisfatória na maioria dos países da UE, advertiu o CESE na conferência anual do seu Grupo do Semestre Europeu, realizada

à distância em 31 de maio.

A conferência, intitulada [«Construção de uma Europa resiliente – A sociedade civil e os planos nacionais de recuperação e resiliência»](#), contou com a intervenção de oradores provenientes de instituições da UE, conselhos económicos e sociais nacionais, grupos de reflexão e organizações da sociedade civil da UE, versando sobre três temas: a participação da sociedade civil organizada nos planos nacionais de recuperação e resiliência, a transição justa para uma economia europeia ecológica, digital e sustentável e a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A presidente do Comité, **Christa Schweng**, abriu o debate, chamando a atenção para o desafio de transformar esta crise num conjunto de novas possibilidades. Será um desafio, em particular, explorar eficazmente o potencial do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: «A maior parte dos Estados-Membros não consultou suficientemente a sociedade civil organizada, ou fê-lo demasiado tarde», observou Christa Schweng. «Assim, há agora uma série de planos nacionais de recuperação e resiliência que divergem substancialmente no que respeita à qualidade e à metodologia. Com efeito, questionamo-nos se os planos respondem verdadeiramente às necessidades no terreno.»

Tiziano Treu, presidente do conselho económico e social de Itália (CNEL), afirmou que a função da Conferência sobre o Futuro da Europa é definir uma nova forma de governação europeia, que tem de ser mais simples e mais eficaz, e deve prever regras adequadas para assegurar a participação da sociedade civil organizada.

Luca Jahier, presidente do Grupo do Semestre Europeu, declarou: «Um “ pilar dos cidadãos ” mais forte, que englobe a sociedade civil organizada e os órgãos de poder local e regional, numa aliança com os parlamentos nacionais, será crucial para garantir que os processos de reforma e os investimentos são devidamente acompanhados e viabilizam a necessária participação dos intervenientes legítimos.» (na)



[Rumo a sistemas alimentares mais sustentáveis – CESE defende transição justa e inclusiva](#)

A fim de contribuir para a [Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares de 2021](#), o CESE realizou uma [audição em linha](#) em 28 de maio, com vista a examinar as vulnerabilidades e desigualdades dos sistemas alimentares europeus e identificar formas de assegurar cadeias de abastecimento mais justas e

equitativas. Oradores de alto nível das Nações Unidas, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu partilharam os seus pontos de vista sobre as mudanças necessárias para reforçar a equidade e promover uma abordagem baseada nos direitos na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis.

A pandemia de COVID-19 constituiu um sinal de alerta para a mudança. Embora os agricultores e os trabalhadores do sistema alimentar tenham estado na linha da frente da crise da COVID-19, fornecendo ininterruptamente alimentos a todos os europeus, «esta crise deixou claro que o abastecimento de

alimentos "do prado ao prato" não é um dado adquirido», afirmou **Andreas Thurner**, presidente do Grupo de Estudo Temático do CESE para Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Ao longo dos anos, o CESE formulou várias propostas e ideias específicas, que podem ser agrupadas em cinco grandes conjuntos de recomendações para a Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, a saber:

- I. Fomentar políticas alimentares abrangentes e integradas;
- II. Promover regimes alimentares mais saudáveis e sustentáveis;
- III. Assegurar preços justos e proibir práticas comerciais desleais;
- IV. Reforçar o potencial das cadeias de abastecimento alimentar curtas e da agroecologia;
- V. Assegurar a participação estruturada da sociedade civil.



Ecologização dos transportes deve proporcionar alternativas realistas

O CESE apoia a ecologização dos transportes, mas sublinha que a transição energética tem de ser justa e proporcionar alternativas viáveis e realistas que tenham em conta as características e necessidades específicas económicas e sociais e de todas as

regiões da Europa, incluindo as zonas rurais.

Esta é a mensagem principal veiculada num parecer de **Pierre Jean Coulon** e de **Lidija Pavić-Rogošić**, adotado na reunião plenária de junho do Comité. Na sua avaliação do Livro Branco de 2011 sobre os transportes, que visa tornar o sistema de transportes menos dependente do petróleo sem sacrificar a sua eficiência nem comprometer a mobilidade, o CESE adota uma posição firme.

Limitar os modos de transporte não é opção, devendo o objetivo ser a comodidade e não a transição modal. Além disso, a transição ecológica deve ser justa em termos sociais e preservar a competitividade dos transportes europeus, através da plena realização do espaço europeu dos transportes como parte integrante do mercado único. Os atrasos neste domínio são lamentáveis.

«Entravar a mobilidade não é uma alternativa. Apoiamos as medidas destinadas a tornar os transportes mais eficientes do ponto de vista energético e a reduzir as emissões», afirmou **Pierre Jean Coulon**. «A Europa atravessa um período de contradições, mas tal não deve conduzir a mudanças de rumo em termos das expectativas sociais e ambientais das diversas iniciativas europeias.»

O CESE encoraja igualmente uma troca de pontos de vista aberta, permanente e transparente sobre a aplicação do Livro Branco. «O Comité chama a atenção para a importância de obter o apoio da sociedade

civil e das partes interessadas, incluindo através de um diálogo participativo», acrescentou **Lidija Pavić-Rogošić**. «A boa compreensão e aceitação dos objetivos da política seriam extremamente úteis para a obtenção de resultados.» (mp)



CESE debate estratégia industrial europeia atualizada

Em 17 de junho, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e a sua Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) realizaram um debate construtivo, durante o qual analisaram os pontos de vista da sociedade civil organizada sobre a atualização da nova estratégia industrial, no seguimento da sua publicação pela Comissão Europeia. O debate, o primeiro de uma série de atividades conjuntas sobre o tema organizadas pelas secções do CESE, levantou a questão de saber se a estratégia atualizada contém elementos suficientes para reforçar a capacidade de resistência e a autonomia estratégica da indústria da UE.

Em 5 de maio de 2021, a Comissão publicou uma atualização da [estratégia industrial de UE](#), a fim de assegurar que a sua ambição para a indústria tem plenamente em conta as novas circunstâncias após a crise da COVID-19 e ajuda a impulsionar a transformação rumo a uma economia mais sustentável, digital, resiliente e competitiva a nível mundial.

O presidente da CCMI, **Pietro Francesco de Lotto**, que presidiu ao debate, afirmou: «A pandemia de COVID-19 acelerou muitos processos que já estavam em curso. A sociedade e a indústria tiveram de adotar processos de digitalização nestes últimos 16 meses a um ritmo sem precedentes, e as mudanças a que assistimos, primeiro com as cadeias de abastecimento, segundo com o equipamento médico e, em seguida, com as vacinas, são revolucionárias».

O presidente da Secção do Mercado Único, Produção e Consumo (INT), **Alain Coheur**, que copresidiu ao debate, descreveu o contexto do trabalho do segundo painel: «A crise destacou outras questões que não foram tratadas na primeira comunicação sobre a estratégia industrial, de março de 2020. Temos de encarar esta crise como uma oportunidade para dotar a Europa de autonomia industrial».

Antony Whelan, conselheiro no domínio digital da presidente da Comissão Europeia, **Ursula Von der Leyen**, na sua apresentação das ferramentas da Comissão para aferir a dependência da UE, declarou: «No nosso exercício de carácter ascendente, identificámos um número muito limitado de domínios em que a UE, no seu conjunto, se encontra numa situação de dependência preocupante».

O CESE organizará uma série de debates sobre a estratégia industrial, designadamente, sete webinários, o primeiro dos quais em 17 de junho. Está previsto um debate de encerramento de alto nível em março de 2022. (ks)



Parceiros transatlânticos determinados a manter o rumo

O Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas, do CESE, reuniu-se poucos dias antes da Cimeira de Alto Nível UE-EUA para debater um vasto leque de assuntos pertinentes para a sociedade civil, com grande destaque para as alterações climáticas e o comércio.

«De ambos os lados do Atlântico chegam sinais encorajadores provenientes de todos os quadrantes», afirmou **Christian Moos**, presidente do Comité de Acompanhamento para as Relações Transatlânticas, do CESE.

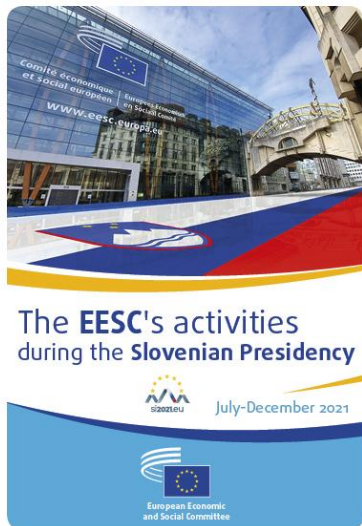
David Livingston, conselheiro principal de John Kerry, enviado especial da Presidência dos EUA para o Clima, confirmou que o governo atual está totalmente empenhado em cumprir os objetivos do Acordo de Paris e ir mais além. «Será inaceitável que os países protagonistas deixem passar 2021 sem uma atualização profunda dos seus contributos determinados a nível nacional, que constituem aspetos centrais do Acordo de Paris», declarou.

«A participação ativa da sociedade civil dos EUA, juntamente com a UE e outros países, permitiu que os Estados Unidos não se desviassem do rumo, apesar da ausência de empenho do governo anterior», assinalou **Elina Bardram**, da Direção-Geral da Ação Climática da Comissão Europeia (DG CLIMA).

Emilie Bel, do Conselho Atlântico, salientou que os europeus estão preparados para construir uma agenda comercial positiva, assente numa base equilibrada.

Marjorie Chorlins, da Câmara de Comércio dos EUA, afirmou que, pese embora a turbulência política transatlântica e a recessão induzida pela COVID-19, a Europa continua a ser o mercado mais importante dos Estados Unidos e vice-versa. O relatório «[Transatlantic Economy 2021](#)» [Economia transatlântica em 2021], publicado recentemente, demonstrou que os dois parceiros representam uma parte considerável do consumo e do PIB a nível mundial.

Tanja Buzek, presidente do Comité de Acompanhamento para o Comércio Internacional, do CESE, salientou a importância da participação da sociedade civil em prol de uma política comercial transparente e a necessidade de coligações fortes para reformar a OMC. (at)



Nova publicação: Atividades do CESE durante a Presidência eslovena (julho-dezembro de 2021)

No segundo semestre de 2021, a Eslovénia exercerá a Presidência do Conselho da UE pela segunda vez, e novamente num momento crítico para a Europa.

Em 2008, a UE estava a braços com a crise financeira. Atualmente, debate-se com as consequências socioeconómicas da pandemia de COVID-19. Assim, não é surpreendente que a capacidade de resposta e a resistência da UE a crises, em especial às crises sanitárias, estejam entre as principais prioridades da Presidência eslovena, a par de outros desafios estratégicos, como a cibersegurança. Uma grande parte das tarefas relacionadas com a Conferência sobre o Futuro da Europa também deverá ser realizada durante a Presidência eslovena.

O CESE aguarda com expectativa a possibilidade de cooperar estreitamente com a Presidência eslovena, em particular tendo em conta a convergência das prioridades de ambas as partes: a retoma, as transições climática e digital e a defesa do Estado de direito também ocupam um lugar central no trabalho do CESE.

Esta brochura está disponível em inglês, francês, alemão e esloveno na [Intranet do CESE](#). Para obter a edição em papel, contacte: vipcese@eesc.europa.eu.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Webinário do Grupo dos Empregadores sobre digitalização apela para «Regulamento Digitalização Rural»

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

Na sequência da recente adoção dos pareceres do CESE sobre o Regulamento Mercados Digitais e o Regulamento Serviços Digitais na reunião plenária de junho, o Grupo dos Empregadores organizou, em 14 de junho, um webinar sobre os «Desafios da economia digital e da nova economia da UE».

A digitalização transforma as sociedades e as economias. Os serviços digitais penetram cada vez mais na economia europeia e estão a moldar o futuro do digital na Europa, uma tendência que se acelerou ainda

mais devido à crise da COVID-19. A Comissão Europeia manteve-se particularmente ativa através do lançamento de diversas iniciativas destinadas a promover a soberania digital da Europa, garantindo um ambiente em linha seguro, justo, aberto e responsável para os seus cidadãos e explorando o potencial do seu mercado único digital.

No entanto, os progressos da digitalização continuam a ser desiguais na UE. Muitas comunidades rurais e mais remotas procuram ativamente novas oportunidades nos serviços digitais para impulsionarem o crescimento económico, mas deparam-se com dificuldades geradas pela desadequação das infraestruturas e das competências.

O webinar, realizado sob os auspícios da delegação portuguesa do Grupo dos Empregadores do CESE, no âmbito da Presidência portuguesa, que declarou este assunto como uma das suas prioridades principais, destinava-se a contribuir para o debate sobre a adequação do Regulamento Mercados Digitais e do Regulamento Serviços Digitais ao fim a que se destinam e, dessa forma, contribuir para o processo legislativo.

Os oradores e participantes reconheceram a necessidade de dissipar as divergências no domínio digital entre as zonas urbanas e rurais, mas também entre zonas rurais, através da implantação das redes de fibra e 5G, apelando para um «Regulamento Digitalização Rural».

No que respeita às infraestruturas digitais, os empregadores da UE solicitaram a promoção das competências. A transição digital só poderá concretizar-se se todos os europeus dispuserem de literacia digital básica e se houver trabalhadores suficientemente qualificados para o contexto digital. Os empregadores salientaram que a UE e os Estados-Membros devem tirar o máximo partido dos planos nacionais de recuperação e resiliência e de todos os instrumentos financeiros existentes (Programa Europa Digital, InvestEU, fundos estruturais e Fundo de Coesão) para construírem uma verdadeira União DIGITAL.

Os oradores reiteraram também que só evitando uma maior fragmentação do mercado único digital será possível a expansão das empresas europeias na União Europeia. A harmonização da legislação contribuirá para evitar que as empresas europeias tenham de lidar com 27 ordenamentos jurídicos diferentes e para garantir que dispõem de segurança jurídica, previsibilidade e condições equitativas, num mercado em que as condições de concorrência sejam justas para todos, em particular para as PME, que constituem a maioria das plataformas digitais.

Para além de um mercado único digital de pleno direito, os empregadores da UE apoiaram firmemente o objetivo principal de recuperar a soberania digital da Europa, mantendo a abertura ao comércio livre e o apoio ao sistema multilateral. A este respeito, congratularam-se com o Regulamento Serviços Digitais e o Regulamento Mercados Digitais, enquanto parte da resposta da UE que visa a criação de condições equitativas para todos os serviços em linha, de harmonia com os valores e normas europeus.

Não obstante, salientaram que, para ser um interveniente geopolítico com um cunho digital real, a UE terá de potenciar os seus poderes regulamentares e reforçar as suas capacidades industriais e tecnológicas para fazer avançar o modelo europeu da digitalização e influenciar o panorama mundial.

Para obter mais informações sobre o evento e as recomendações, clique [aqui](#). (dv)



Colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres antes de 2104

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Em média, as [mulheres ganham 14% menos do que os homens na Europa](#). Em alguns países, a situação começa lentamente a melhorar, mas noutros está a deteriorar-se. Na União Europeia, as disparidades deverão desaparecer, em média, no século XXII, mas em países como a França [prevê-se que leve mais mil anos](#).

São muitas as razões por trás destas disparidades: a segregação setorial (as mulheres estão sobrerrepresentadas nos setores com baixos salários); a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar (as mulheres ocupam-se durante mais tempo do trabalho não remunerado em casa); o teto de vidro (menos de 10% dos diretores executivos são mulheres); e a discriminação pura, não obstante a lei.

Para ajudar a combater as disparidades salariais entre homens e mulheres e pôr termo à discriminação salarial, a Comissão Europeia apresentou uma [proposta relativa à transparência salarial](#) que prevê mecanismos de fiscalização do cumprimento para reforçar a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. A proposta apresenta o conceito fundamental de medidas **vinculativas em matéria de transparência salarial** e melhora igualmente o acesso à justiça.

Apesar de a transparência salarial não ser de modo algum a única medida de combate à discriminação salarial, é absolutamente fundamental para se saber quais são as estruturas que discriminam com base no género e, assim, lutar contra as disparidades salariais.

O CESE propôs a introdução de melhorias ao texto inicial da Comissão num [parecer](#) em que apela ao reforço da diretiva no sentido de assegurar que todos os trabalhadores beneficiam desta medida e não apenas os que trabalham para as grandes empresas. O êxito das medidas depende de um verdadeiro empenhamento dos parceiros sociais.

Garantir uma remuneração justa e pôr termo à discriminação salarial são dois objetivos cruciais para proteger os direitos fundamentais de todos os trabalhadores na Europa.



Liberdade dos meios de comunicação social não é um dado adquirido e deve ser ativamente preservada

Por Elena-Alexandra Calistru, membro do Grupo Diversidade Europa do CESE

São poucos os países no mundo que gozam de uma forte tradição de respeito pela liberdade e independência dos meios de comunicação social. No entanto, a chegada das plataformas digitais, as tendências antiliberais no sentido de impedir o acesso à informação, a ameaça crescente para os jornalistas de investigação e a crise gerada pela COVID-19 estão a colocar

pressões diferentes, mas simultâneas, sobre o ecossistema, que permite que esses meios excecionalmente livres existam e cumpram o seu papel democrático.

O CESE adotou recentemente um [parecer](#) sobre a [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Os meios de comunicação social da Europa na Década Digital: plano de ação para apoiar a recuperação e a transformação](#), no qual acolhe com especial agrado o reconhecimento de que a combinação das tendências subjacentes com a crise da COVID-19 poderá, sem uma resposta forte baseada nas políticas e no apoio financeiro, comprometer a resiliência do setor dos meios de comunicação social na Europa e o seu papel democrático.

Os instrumentos propostos na comunicação englobam uma vasta gama de medidas centradas na recuperação, na transformação da indústria dos meios de comunicação social e em aumentar a sua resiliência. Para tal, é necessário tomar medidas para fazer face aos desafios estruturais enfrentados pela indústria e para promover condições favoráveis à participação dos meios de comunicação social e da sociedade civil num debate aberto e sem interferências mal-intencionadas ou desinformação.

No entanto, há alguns pontos importantes a considerar se queremos que a UE continue a ser o melhor local possível para a liberdade dos meios de comunicação social.

Em primeiro lugar, as medidas devem estar vinculadas às realidades sociais subjacentes às discrepâncias entre os diferentes Estados-Membros no que respeita à indústria dos meios de comunicação social e audiovisual, bem como às diferenças de dimensão e necessidades dos meios de comunicação social locais e nacionais. O apoio financeiro deve, por conseguinte, ser transparente, acessível e inclusivo, especialmente no que se refere aos meios de comunicação social locais e às empresas de comunicação social em fase de arranque. Em segundo lugar, a sociedade civil deve tornar-se um parceiro neste processo, a fim de capacitar os cidadãos, reforçar a liberdade dos meios de comunicação social e combater a desinformação através da literacia mediática.

Para ser bem-sucedido, o Plano de Ação para os Meios de Comunicação Social da Europa deve associar todas as partes interessadas num esforço para reconhecer a importância dos meios de comunicação social no contexto dos nossos valores democráticos da Europa.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Museu e Sítio de Memória ESMA na Argentina: um símbolo dos direitos humanos

Grupo dos Trabalhadores apresenta campanha para inscrever o Museu e Sítio de Memória ESMA na Argentina na lista do Património Mundial da UNESCO.

O Museu e Sítio de Memória ESMA – Escola de Mecânica da Armada –, na Argentina, foi um centro clandestino de detenção, tortura e exterminação que esteve ativo entre 1976 e 1983, durante a ditadura argentina. Símbolo da história argentina, é simultaneamente uma instituição de relevância internacional, ao dar testemunho de violações dos direitos humanos e de crimes contra a humanidade que jamais devem cair no esquecimento.

A campanha para que a UNESCO reconheça o Museu ESMA como património mundial é apoiada por organizações de defesa dos direitos humanos, pelos sindicatos do Mercosul e pela embaixada da Argentina junto da União Europeia.

O evento, realizado em linha em 30 de junho, foi transmitido na página Web e nas redes sociais do CESE. Pode consultar informações complementares [aqui](#). (ck)



Uma década de alterações climáticas pela lente de Ciril Jazbec

Para assinalar o início da Presidência eslovena do Conselho da UE, o CESE apresenta uma exposição em linha do fotógrafo esloveno [Ciril Jazbec](#), vencedor do prémio Leica Oskar Barnack e galardoado no concurso World Press Photo em 2021.

A exposição fotográfica virtual «Uma década de alterações climáticas» apresenta uma série de 25 fotografias, que fazem parte do projeto de longo prazo do artista intitulado «Resiliência às alterações climáticas».

A inauguração oficial, que será transmitida em direto no Facebook, terá lugar em 8 de julho e consistirá numa Tertúlia das Artes que será conduzida pelo vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação,

Cillian Lohan, na presença da representante permanente adjunta da Eslovénia junto da UE, **Tamara Weingerl Požar**, do membro esloveno do CESE **Neža Repanšek** e do próprio artista.

A exposição estará em linha entre 5 e 30 de julho de 2021. Não perca a oportunidade de a visitar [aqui](#). (ck)

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Aude Francois (af)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Fabiola Giraldo Restrepo (fgr)
Jasmin Kloetzing (jk)
June Bedaton (jb)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Magdalena Walczak Jarosz (mwj)
Nicola Accardo (na)
Pablo Ribera Paya (prp)
Sveto Trajkovski (st)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

07/2021